

Governo fará nova proposta para rolar dívida dos estados

CRISTIANO ROMERO

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, já decidiu que a rolagem da dívida dos estados e municípios com a União — US\$ 49 bilhões — será o assunto prioritário da equipe econômica, após a definição da política salarial do funcionalismo público. A solução do problema, encarado como um teste para o ministro na queda-de-braço com os governadores, é crucial para que o governo federal consiga terminar 1993 com as contas equilibradas. Diante do impasse nas negociações, a equipe de Fernando Henrique prepara uma proposta intermediária quanto ao limite de comprometimento anual da receita líquida dos estados com o pagamento da dívida.

Os estados insistem no limite de 7% da receita, o que causaria

Gilberto Alves — 15/1/93



Fernando Henrique: teste crucial

aos cofres da União, segundo dados do Tesouro Nacional obtidos pelo **JORNAL DO BRASIL**, um prejuízo anual à União de US\$ 2,1 bilhões. Em 20 anos, os estados acumulariam uma nova dívida com o governo federal no va-

lor de US\$ 42 bilhões. O Ministério da Fazenda vinha propondo, na gestão de Eliseu Resende, o comprometimento de 11% no primeiro ano de rolagem e de 15% a partir do segundo. “O limite de 15% representa a média do que o conjunto de estados pagou entre 1982 e 1992. As capitais pagaram em média 17% ao ano nesse período”, informa o estudo do Tesouro.

Agora, a equipe econômica já pensa numa proposta intermediária — 9% no primeiro ano e 11% a partir do segundo — a ser levada aos secretários estaduais de Fazenda, que se reúnem amanhã em Brasília para discutir o assunto. A proposta se baseia no fato de que os estados que estão pagando em dia seus compromissos, como o Ceará, remetem hoje aos cofres federais 11% de sua receita líquida.